

TERRITÓRIOS DO CURRÍCULO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: o fenômeno da ocupação pela iniciativa privada

Juares da Silva Thiesen¹
Zenilde Durli²

Recebido em: 22/06/2016 - Alterações recebidas em: 19/08/2016 - Aceito em: 20/08/2016

Resumo: O texto apresenta resultados parciais de pesquisa acerca da relação entre o público e o privado nos territórios do currículo escolar. Tem por objetivo analisar, no campo do instituído, a ocupação dos espaços da gestão curricular nas redes públicas de ensino por organizações do setor privado. Com este propósito, situa o quadro geral deste movimento no Brasil, evidencia as estratégias de ocupação e de ofuscamento das fronteiras neste âmbito e identifica alguns dos impactos produzidos.

Palavras-chave: Currículo escolar. Público e privado. Fronteiras difusas.

CURRICULUM TERRITORIES IN PUBLIC SCHOOLS: THE PHENOMENON OF THE OCCUPATION BY PRIVATE INITIATIVE

Abstract: This paper presents partial results of a study about the relationship between the public and the private sectors in territories of school curriculum. Its objective is to analyze the occupation of spaces for curriculum management in public education networks by private sector organizations. With this aim, situate the general framework of this movement in Brazil, highlights the occupation strategies and blurring of borders in this field and identifies some of the impacts produced.

Keywords: School curriculum. Public and private. Diffuse frontiers.

INTRODUÇÃO

Distintos campos teóricos, dentre eles a sociologia e a economia, indicam que a problemática da definição e da relação entre público e privado existe desde os estágios iniciais das sociedades ocidentais, portanto se estende desde a Grécia antiga até os dias atuais. O debate e a explicitação de suas contradições, no entanto, se fortalecem com o advento da era moderna quando Estado e mercado passaram a ter implicação determinante sobre a vida social. Situam-se, neste debate, principalmente aspectos constituição e contradições da relação entre espaço público e privado, direito público e privado, esfera pública e privada, setor público e privado, organização pública e privada, vida pública e privada, interesse público e privado, gestão pública e privada, atividade pública e privada. Para Arendt (2008),

a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social. [...] a esfera pública porque

¹ Professor do Centro de Educação da UFSC. E-mail: <juares.thiesen@ufsc.br>

² Professora do Centro de Educação da UFSC. E-mail: <zenildedurli63@gmail.com>

se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu. (p. 79)

Na mesma linha argumentativa Peroni (2013) afirma que continuam em curso redefinições das fronteiras entre o público e o privado articuladas ao período particular do capitalismo e com os novos papéis do Estado, numa evidente aproximação de interesses e perspectivas entre os grupos que possuem vinculação com os movimentos neoliberais, da terceira via e do Estado quase-mercado.

Particularmente no campo da educação brasileira, o movimento não é diferente. Questões que gerariam debate sobre as contradições e sobre os limites de fronteiras entre público e privado se iniciam logo com a chegada dos Jesuítas (Xavier, 2003), se fortalecem com a sua expulsão em 1759 e depois com os distintos períodos da República alcançando, com força, os dias atuais. Essa indefinição fronteira, para Dourado e Bueno (2001), continua expressando, particularmente, a ambigüidade do Estado enquanto expressão do público.

É, pois, no contexto desta histórica ambigüidade em relação ao papel do Estado e da precária demarcação teórico-conceitual sobre o que definiria o lugar do público e do privado na educação em geral e do currículo em particular, que situamos a problemática da pesquisa que coordenamos que tem por objetivo compreender e analisar a difusa ocupação dos espaços da gestão curricular nas redes públicas de ensino por organizações do setor privado e a relação desse movimento com concepções que advogam pelo fim das utopias, dos fundacionismos e das metanarrativas educacionais.

No Brasil, a problemática da privatização da gestão dos currículos vem sendo debatida com certa frequência em eventos científicos e em textos acadêmicos³, todavia, a cartografia desse movimento de ocupação exige esforços contínuos de pesquisa, porquanto tanto as iniciativas como os agentes proponentes serem diversos. É, pois, nesse aspecto, que reside a maior contribuição da pesquisa⁴ na qual se inscreve este trabalho: apresentar o levantamento inicial de um processo de privatização que impacta a educação em geral, o currículo em particular e, por extensão, os sujeitos nas suas trajetórias de formação escolar.

O estudo desenvolveu-se por meio de levantamento da produção acadêmico-científica sobre a temática e também dos projetos da iniciativa privada e não estatal que se destinam a operar no âmbito da gestão curricular das redes públicas de ensino. Os indicativos de tais projetos presentes no levantamento da produção acadêmico-científica foram considerados ponto de partida à cartografia das iniciativas de privatização do currículo. O levantamento envolveu fontes⁵ diversas e um conjunto de 19 descritores⁶ com os quais se pretendeu abarcar a diversidade dos estudos publicizados. Chegou-se a um total de 399 trabalhos, incluídos os

³ Sobre a análise desta problemática sugere-se a leitura de trabalho como: Luz (2011), Freitas (2012), Pedrosa (2008), Bonamino (2003), Peroni (2013), Adrião e Peroni (2005 e 2009) e Feitosa (2012)

⁴ Destaque-se o importante trabalho da bolsista de Iniciação Científica.

⁵ Fontes de busca: Base Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Banco de teses da Capes, Diretório de Livros de Acesso Aberto (DOAB), Portal de periódicos da Capes, Portal de periódicos UFSC, Diretório de revistas eletrônicas de acesso aberto (DOAJ), Livros Amazon, Livros Cultura, Livros Submarino, Google acadêmico, os trabalhos sobre currículo do GT 12 da ANPEd, e os trabalhos da X ANPEd Sul.

⁶ No total foram 19 descritores: Escola e Privatização, Privatização, Sistema Positivo de Ensino na Educação, Positivo e parceria escola, Educação pública e iniciativa privada, Educação pública e privatização, Parcerias público-privada, Público privado na Educação, Parceria Público e Privado na Educação, Privatização da Educação, Instituto Ayrton Senna, Acelera Brasil e escola pública, Gestão Nota 10 e escola pública, Projetos privados na Escola pública, O meio privado na Educação pública, Privatização da Educação pública no Brasil, Escolas públicas contratam métodos privados, Iniciativa privada na Educação Pública e Financiamento da Educação.

textos que se repetem em duas ou mais bases de dados, conforme se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de produções que versam sobre a temática da iniciativa privada no campo curricular

Bases de dados	N. total de produções	N.de produções repetidas	N. de produções excluídas as repetições
DOAJ	63	27	36
CAPES	12	0	12
BDTD	109	52	57
GOOGLE	51	4	47
Livros Amazon	14	0	14
Periódicos UFSC	10	8	2
Livros Cultura	16	2	14
Livros Submarino	27	7	20
GT 12 ANPEd	7	0	7
X ANPEd SUL	20	0	20
Banco de Teses da Capes	26	2	24
Scielo	44	14	30
TOTAL:	399		

Com base neste levantamento, como recorte da investigação, apresentamos um panorama sobre o impactante avanço das ações da gestão privada e de sua lógica no território do currículo escolar e da política curricular brasileira, analisando alguns de seus elementos. No limite deste trabalho, propomos, portanto, apresentar e discutir aspectos deste movimento complexo no qual o espaço privado invade o público e com ele vai compondo um tecido difuso tomado por ambivalências, transgressões, acordos e tensões; um território reconhecidamente público que num movimento de múltiplas motivações vai ampliando suas fronteiras e mostrando-se mais e mais hibridizado.

Com base nesta produção analisamos a presença da iniciativa privada nas redes públicas de ensino brasileiras e indicamos o caráter difuso do que, jurídica e teoricamente, constituiriam as fronteiras entre o público e o privado neste âmbito. Com este recorte, deixamos claro que, não obstante consideremos como pano de fundo o contexto geral da participação da iniciativa privada na educação pública, dirigimos a análise estritamente para o território do currículo, especialmente no que diz respeito à sua gestão na Educação Básica.

PANORAMA DA OCUPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA E NÃO ESTATAL NO TERRITÓRIO CURRICULAR DA ESCOLA PÚBLICA

Cunha (2007) adverte, dentre outras coisas, sobre o surgimento de novas formas de privatização, agora por dentro da escola pública, o que, segundo ele, se realiza mediante a atuação de ONGs que substituem as funções inerentes às secretarias estaduais e municipais, a exemplo de reforma curricular, capacitação de professores e, até mesmo, atuação direta com os alunos fora das aulas propriamente ditas, quando se dá a extensão da jornada diária.

O alerta de Cunha é muito oportuno porque aponta a existência de uma estratégia relativamente nova que se soma às formas de ocupação da iniciativa privada nos espaços educacionais públicos. Se antes o avanço se dava fundamentalmente pela ampliação de vagas

via abertura de escolas e universidades privadas, pela terceirização de serviços básicos nos ambientes das instituições públicas de ensino e pelo repasse de recurso público às instituições privadas, hoje a estratégia é também a da ocupação direta, por adesão ou parcerias. São projetos e ações elaborados, oferecidos e negociados por instituições privadas e não estatais que, quando acolhidos por gestores de redes de ensino e/ou escolas, entram pela porta da frente e assumem funções pedagógicas e de gestão que, por princípio e competência, deveriam ser desempenhadas por profissionais do próprio quadro docente. Este, aliás, constitui um dos aspectos que consideramos como zona/fronteira confusa/difusa entre o público e o privado.

Do ponto de vista jurídico projetos e ações de iniciativa privada podem ser desenvolvidos em sistemas públicos de ensino tendo em vista que os gestores públicos, pela legislação atual e atendendo o que determina a lei de licitações, estão autorizados a estabelecer contratos de gestão e parcerias com empresas e organizações privadas (SOUZA, 2010).

Neste novo nicho de mercado estão projetos que oferecem soluções curriculares associadas à melhoria de indicadores de qualidade ou *performance* educacional. Em geral, são negociados em pacotes completos que incluem processos tais como: i) materiais e apostilas impressas e/ou virtuais para uso didático dos professores e curriculares para estudantes; ii) assessorias de gerenciamento educacional e escolar e inclusive de capacitação de professores em serviço, iii) sistemas de controle acadêmico, de gerenciamento de planejamentos e de avaliação sempre associados ao uso do material didático e ao trabalho pedagógico dos professores; iv) programas de formação continuada para os profissionais da educação associados aos projetos políticos pedagógicos das redes e/ou das escolas. Sobre este Kit, Adrião e outros (2013), já se referiram, como:

“cesta de serviços e produtos oferecida aos municípios-clientes material didático conhecido como “material apostilado”, distribuído aos estudantes e aos professores em versões distintas. Além disso, as empresas oferecem assessorias que envolvem procedimentos de avaliação sobre o uso adequado dos materiais, “treinamentos” a docentes e acesso a portais com instruções detalhadas sobre sua utilização. A empresa privada oferece ao setor público, na verdade, um programa de ensino que incide sobre a organização dos tempos e rotinas de trabalho nas unidades escolares, que constituem formas de controle sobre este trabalho”. (p.538).

Verifica-se que a ocupação destes espaços vem ocorrendo pela ação de pelos menos quatro tipos de organizações privadas: empresas, fundações, associações e institutos sendo que as três últimas podem autodenominar-se como organizações não governamentais – ONGs⁷. O que as distingue fundamentalmente é que as empresas possuem o lucro como finalidade precípua e as demais, mesmo na condição de entidades jurídicas de direito privado, não declaram o lucro como horizonte e sim o interesse público. (CICONELLO, S/D).

Embora saibamos que no âmbito da educação pública em todos os seus níveis e modalidades as ações propostas e desenvolvidas por organizações desta natureza ocupam espaços para além do território curricular, neste trabalho, tomando como ponto de partida o levantamento da produção acadêmico-científica, identificamos tão somente aquelas cujas

⁷ Tendo em vista a finalidade do trabalho, faremos somente a distinção entre esfera pública e privada, sem detalhamentos sobre o que constitui esta última.

atividades se mostram mais diretamente vinculadas a este espaço envolvendo redes e escolas públicas. Por esta razão organizações não estatais que vêm ganhando destaque na área educacional tais como: Movimento Todos pela Educação, Fundação Leman, Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária – CEDAC, Educar para crescer, Avante Educação e Mobilização Social, Fundação Bradesco, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Fundação Maria Cecília Souto Vidal, Avaliação Assessoria Educacional, Evobooks, além de várias outras não aparecem relacionadas no mapeamento.

Segundo a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG – que reúne 270 associadas, 93 delas atuam na área de Educação, vista mais do que nunca como a principal estratégia de transformação social. “Da década de 1990 para cá, se fortaleceu a idéia de que é preciso ensinar a pescar em vez de dar o peixe. E o melhor jeito de fazer isso é pela Educação”, explica Fernando Rossetti, secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – Gife. Nas duas últimas décadas, elas aproveitaram a abertura criada pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 para se aproximar das redes públicas de ensino e influenciar políticas. (RAMALHO, 2007)

Dentre as empresas e organizações não governamentais que desenvolvem ações/projetos no território curricular das redes públicas de educação, abrangendo parcela significativa do território nacional destacamos, na tabela a seguir, aquelas que aparecem nos textos levantados na pesquisa com mais expressividade.

Tabela 2. Projetos/ações desenvolvidos no âmbito do currículo, desenvolvidos e/ou em desenvolvimento em sistemas públicos por empresas, institutos, fundações e associações de natureza privada.

Instituto Ayrton Senna	
Projeto/ação	Informações básicas extraídas de seus ambientes virtuais
Rede vencer	Realiza articulação conjugada com redes de ensino estaduais e municipais que optaram, ou que venham a optar, por fazer a diferença na vida de seus alunos e de suas comunidades. http://www.redevencer.org.br/
Acelera Brasil	O público-alvo do programa é composto por crianças alfabetizadas e matriculadas nos anos iniciais e que tenham no mínimo dois anos de distorção idade-série. Mais informações: http://www.redevencer.org.br/pagina/accelerabrasil
Sistema SIASI	Registra as informações educacionais dos estados e municípios parceiros por meio da coleta de dados das escolas e da sua consolidação no âmbito das secretarias de educação. http://www.redevencer.org.br/
Educação Integral	Trabalha para promover a “educação integral” nas redes públicas do Brasil, com foco no ensino fundamental e médio. http://www.institutoayrtonsenna.org.br/como-atuamos/educacao-integral/
Se liga	Solução educacional de alfabetização voltada para alunos matriculados nos anos

	<p>iniciais do Ensino Fundamental que não estão alfabetizados.</p> <p>http://www.redevencer.org.br/pagina/seliga</p>
Fórmula da vitória	<p>Constitui uma solução educacional (proposta pedagógica) para estudantes matriculados na 2ª fase do Ensino Fundamental, com dificuldades em leitura, escrita e em matemática. http://www.redevencer.org.br/pagina/formuladavitoria</p>
Formação continuada	<p>Em parceria com as equipes das Secretarias de Educação, profissionais das redes de ensino são capacitados para trabalhar como multiplicadores, fazendo a interface com as escolas. http://www.redevencer.org.br/pagina/formacao-continuada</p>
Gestão educacional – Gestão nota 10	<p>Promove e organiza processos, no âmbito das secretarias de Educação e das escolas, por meio da definição dos parâmetros sobre o que deva ser ensinado a cada ano e em cada etapa, através da elaboração do Programa de Ensino e da Proposta Pedagógica.</p> <p>http://www.redevencer.org.br/pagina/gestao</p>
EduLab21	<p>Laboratório de inovação dedicado à produção e disseminação de conhecimento científico para a formulação de políticas públicas para uma educação de qualidade.</p> <p>http://www.institutoayrtonsenna.org.br/como-atuamos/inovacao/edulab21/</p>
Ensino Médio	<p>Introduz um novo currículo e uma proposta pedagógica e auxilia as secretarias de Educação no esforço de traduzir as leis e resoluções nacionais em diretrizes operacionais que sinalizem de forma concreta às escolas como efetivamente implementar a reestruturação no ensino médio.</p> <p>http://www.institutoayrtonsenna.org.br/como-atuamos/solucoes-educacionais/ensino-medio/</p>
Educação Fundamental	<p>Solução Educacional para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), que possibilita a aplicação concreta do conceito de educação integral nessa etapa do ensino por meio da concepção e operacionalização de modelos inovadores de pedagogia, gestão, formação e avaliação.</p> <p>http://www.institutoayrtonsenna.org.br/como-atuamos/solucoes-educacionais/ensino-fundamental-anos-finais/</p>
Fundação Roberto Marinho e Rede Globo	
Amigos da Escola	<p>Busca sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da educação pública, mobilizando-a para o desenvolvimento de ações de voluntariado individual e de parcerias com as escolas.</p> <p>http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/</p>
Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC	
Plataforma Educação e Participação	<p>E espaço de disseminação, compartilhamento e colaboração de conhecimentos sobre a Educação Integral, produzidos a partir das práticas e metodologias de três programas: Prêmio Itaú-Unicef, Programa Jovens Urbanos e Políticas de Educação Integral. http://www.cenpec.org.br/projetos/site-educacao-e-participacao/</p>
Prêmio Respostas para o	<p>Premia práticas educativas de professores das áreas de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias que tenham como objetivo a elaboração de projetos de Ensino Médio, que apresentem soluções simples para as questões</p>

Amanhã	identificadas em suas comunidades, visando contribuir para uma sociedade mais sustentável. http://www.cenpec.org.br/projetos/premio-respostas-para-o-amanha/
Prêmio Professores do Brasil	Iniciativa do MEC?, realizado em parceria com diversas organizações, que em 2015, em sua 9ª edição, passou a contar com a coordenação técnica do Cenpec. Tem como objetivo reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. http://www.cenpec.org.br/projetos/premio-professores-do-brasil/
Prêmio Gestão Escolar	Premiação de projetos inovadores e gestões competentes na educação básica do ensino público brasileiro. O Prêmio, implantado desde 1998 pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), estimula a melhoria da gestão das escolas públicas. http://www.cenpec.org.br/projetos/premio-gestao-escolar/
Olimpíada de Língua portuguesa Escrevendo o futuro	Desenvolve ações de formação de professores com o objetivo de contribuir para o ensino da língua portuguesa, utilizando a metodologia que considera os gêneros textuais. A Olimpíada realiza formação continuada e concurso de produção de textos que premia as melhores produções de alunos de escolas públicas de todo o país. http://www.cenpec.org.br/projetos/olimpiada-de-lingua-portuguesa-escrevendo-o-futuro/
Educação com Arte: Oficinas Culturais	É um projeto de garantia de acesso à experiência cultural e artística para adolescentes e jovens que cumprem medida de privação de liberdade, por meio de ações socioculturais. http://www.cenpec.org.br/projetos/educacao-com-arte-oficinas-culturais/
Comunidade Integrada	Formação das equipes escolares para aprimoramento do ensino da língua portuguesa e de matemática. O Projeto inclui ainda uma ação de assessoria para as secretarias municipais de educação com o objetivo de articular a ação formativa ao plano de ação municipal. http://www.cenpec.org.br/projetos/comunidade-integrada/
Assessoria em Educação Integral	Principais ações: formação de educadores e gestores de escolas públicas e organizações que atuam junto ao poder público; assessoria na elaboração e implementação de diretrizes da educação integral para estados, municípios e integrantes das redes; e acompanhamento das propostas pedagógicas nas escolas e nas organizações da sociedade civil. http://www.cenpec.org.br/projetos/assessoria-em-educacao-integral/
Programa Jovens Urbanos	Busca promover, na perspectiva da educação integral, a ampliação do repertório sociocultural de jovens que vivem em territórios urbanos vulneráveis. O Programa desenvolve, implementa e dissemina tecnologias de trabalho com juventude por meio de processos de formação de profissionais que atuam com o público jovem. http://www.cenpec.org.br/projetos/programa-jovens-urbanos/
Prêmio RBS de Educação	O prêmio busca conhecer, valorizar e disseminar boas experiências de professores e educadores de escolas públicas e particulares em ações de mediação de leitura. Abrange os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. http://www.cenpec.org.br/projetos/premio-rbs-de-educacao/

Prêmio Itaú-Unicef	Atua na indução de políticas de educação integral, por meio de ações bienais de formação e premiação de projetos socioeducativos realizados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs, em parceria com escolas públicas. http://www.cenpec.org.br/projetos/premio-itaú-unicef/
Plataforma do Letramento	Busca apoiar políticas, projetos e práticas relacionadas à ampliação do letramento. Por isso, produz e disponibiliza conteúdos pedagógicos e informativos relacionados ao tema. http://www.cenpec.org.br/projetos/plataforma-do-letramento/
Entre na Roda – leitura na escola e na comunidade	Projeto de formação de educadores de escola pública, bibliotecários e demais interessados para que ampliem seu desempenho enquanto leitores, contribuindo para fortalecer a atuação junto a seus públicos. http://www.cenpec.org.br/projetos/entre-na-roda-leitura-na-escola-e-na-comunidade/
Aceleração de Aprendizagem	Projeto de formação continuada para o desenvolvimento de ações que contribuam para corrigir a defasagem idade-série de alunos multirrepetentes do 2º ao 4º ano do Ensino Fundamental. A formação conta com o apoio de material didático-pedagógico para professores e alunos, produzido pelo Cenpec. http://www.cenpec.org.br/projetos/acceleracao-de-aprendizagem/
Fundação Itaú Social	
Coordenadores de Pais	A metodologia engloba o desenvolvimento de estratégias e conteúdos que componham um eixo sistêmico de apoio às equipes escolares nos esforços de acolhimento, apoio e parceria junto às famílias de seus alunos, inclusive aqueles em situação mais vulnerável. http://www.fundacaoitausocial.com.br/temas-de-atuacao/gestao-educacional/coordenadores-de-pais/
Avaliação e Aprendizagem	O programa é responsável pelo desenvolvimento de conteúdos e ferramentas que ampliem o uso pedagógico das avaliações externas por secretários e técnicos de educação, assim como por professores e gestores escolares. O programa também pôde estados e municípios na implantação e consolidação de sistemas próprios de avaliação. Da aprendizagem. http://www.fundacaoitausocial.com.br/temas-de-atuacao/gestao-educacional/avaliacao-e-aprendizagem/
Melhoria da Educação no Município	O Programa tem como foco a formação continuada dos gestores municipais para uma atuação mais efetiva na promoção da qualidade da educação no contexto do PNE E PME. http://www.fundacaoitausocial.com.br/temas-de-atuacao/gestao-educacional/melhoria-da-educacao-no-municipio/
Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro	A iniciativa, que é realizada em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). A Fundação Itaú Social contribui para a mudança desse cenário por meio da Olimpíada que chega a sua 4ª edição em 2014. http://www.fundacaoitausocial.com.br/temas-de-atuacao/gestao-educacional/olimpiada-de-lingua-portuguesa-escrevendo-o-futuro/
Tutoria	Metodologia de formação que pode ser oferecida para o professor na sua prática de sala de aula, e/ou para as lideranças responsáveis pela gestão pedagógica da escola, durante o desempenho de suas funções. http://www.fundacaoitausocial.com.br/temas-de-atuacao/gestao-educacional/tutoria/

Prêmio Itaú-Unicef	O Prêmio Itaú-Unicef tem como objetivo identificar, reconhecer, dar visibilidade e estimular o trabalho de ONGs que contribuem, em articulação com as políticas públicas de educação e de assistência social, para a educação integral de crianças e jovens que vivem em condições de vulnerabilidade. http://www.fundacaoitausocial.com.br/temas-de-atuacao/educacao-integral/premio-itaunicef/
Jovens Urbanos	Contribui para a formação integral de jovens que vivem em grandes centros urbanos. Os principais objetivos são desenvolver competências e habilidades para ampliar o repertório sociocultural dos jovens em situação de vulnerabilidade na perspectiva da educação integral. http://www.fundacaoitausocial.com.br/temas-de-atuacao/educacao-integral/jovens-urbanos/
Fundação Volkswagen	
Aceleração de Aprendizagem	O projeto Aceleração da Aprendizagem é executado com base em uma metodologia desenvolvida pelo Cenpec. http://www.vwbr.com.br/fundacaovw/novo/portugues/projetos.aspx
Aprendendo com Arte	Tem como objetivo proporcionar aos professores de Arte e aos alunos de escolas públicas a oportunidade de aprofundarem seus conhecimentos em arte. http://www.vwbr.com.br/fundacaovw/novo/portugues/projetos.aspx
Plataforma do Letramento	Ambiente virtual de aprendizagem que tem como objetivo a formação, por meio da difusão e produção do conhecimento sobre Letramento, com base em conteúdos elaborados por autores e instituições de referência na área. http://www.vwbr.com.br/fundacaovw/novo/portugues/projetos.aspx
Pró-Educar Brasil	O projeto Pró-Educar foi concebido para proporcionar bolsa de estudos e capacitação universitária para professores que possuem apenas o magistério. Os principais objetivos são: contribuir para a melhoria do IDEB nas escolas públicas da região, assim como oferecer aos educadores a oportunidade de atingirem estabilidade na vida profissional. http://www.vwbr.com.br/fundacaovw/novo/portugues/projetos.aspx
Brincar	O projeto Brincar é uma proposta de formação de educadores para o aprimoramento de suas práticas com relação ao desenvolvimento de atividades lúdicas, expressivas e recreativas com as crianças. http://www.vwbr.com.br/fundacaovw/novo/portugues/projetos.aspx
Entre na Roda	Programa de formação presencial e a distância para educadores, técnicos, gestores e voluntários, com oficinas de capacitação. As oficinas contemplam desde a organização das rodas de leitura, do acervo, até o trabalho com diferentes gêneros discursivos. http://www.vwbr.com.br/fundacaovw/novo/portugues/projetos.aspx
Sistema Positivo	
Aprende Brasil Sistema de Ensino	Sistema de ensino completo, que oferece um conjunto de soluções para potencializar a qualidade da rede pública de ensino. Os conteúdos de um ano dão continuidade aos do período anterior, garantindo uma aprendizagem progressiva, articulada e interdisciplinar para os alunos do município. http://www2.positivo.com.br/portugues/educacional/sabe.htm
Hábile	O sistema de ensino conta com o <i>hábile</i> um sistema de avaliação do desempenho dos alunos e que auxilia no seu desenvolvimento escolar. http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/habile.html
Assessoria Pedagógica	Contribui para a formação continuada dos professores, contemplando todas as áreas de conhecimento e temas atuais pertinentes à educação brasileira. Oferece cursos e atendimento às equipes docente e técnico-pedagógicas das

	escolas municipais e da Secretaria da Educação. http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/sistemas-de-ensino/aprende-brasil/assessoria-pedagogica.html
Tempo integral	Solução Educacional inédita para a implementação da educação em tempo integral na sua rede de ensino: a Solução Educacional em Tempo Integral. http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/solucoes-educacionais/tempo.html
Parceiros da educação	
Planejamento	Interlocução e articulação com Secretarias de Educação e Diretorias de Ensino, formação, integração e disseminação de práticas bem sucedidas entre todos os atores http://www.parceirosdaeducacao.org.br/
Instituto Inspirare	
Apoio às redes públicas	Oferece suporte para redes de ensino que desejam implementar ou qualificar programas de inovação no campo da educação integral e do uso de tecnologias http://inspirare.org.br/category/educacao-publica
Instituto de co-responsabilidade pela educação – ICE	
Educação de qualidade	Consiste no desenvolvimento e na implantação de escolas que funcionam em tempo integral, porém num conceito reinterpretado, no qual o estudante não apenas permanece na escola por um período ampliado, mas pode contar com uma pedagogia dinâmica, que lhe oferece, ao longo dos três anos de estudo, Formação Acadêmica de Excelência, Qualificação Profissional e Preparação para a Vida. http://www.icebrasil.org.br/wordpress/index.php/programas/educacao-de-qualidade/

As informações contidas nos sites dessas empresas, institutos, fundações e associações permitem inferir as estratégias privilegiadas pelas quais interferem nos currículos da educação básica, por meio das ações, projetos e programas que desenvolvem. Duas estratégias se destacam: i) a formação dos professores e dos gestores pela qual o conteúdo e a forma dos currículos atuais vão sendo questionados e os pressupostos da eficiência e eficácia fortalecidos; ii) a assessoria na construção dos projetos pedagógicos e, portanto, dos currículos escolares, e a comercialização de pacotes de ensino aos sistemas, redes e escolas, especialmente aqueles voltados aos ensino fundamental.

Percebe-se, porém, iniciativas que abrangem todas as etapas da educação básica e, muitas vezes, respondem de modo bastante apreciado pelos gestores e professores aos requerimentos das políticas educacionais, especialmente àqueles relacionados à implantação das diretrizes curriculares nacionais e à melhora no desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala.

A construção de propostas curriculares pelos professores é um processo lento, exigente no sentido da dedicação de tempo para inúmeras reuniões de trabalho e de estudo, tempo que os professores ainda não disponibilizam na maior parte dos sistemas de ensino. A ausência das condições objetivas para esse trabalho faz com que gestores e professores acabem por aderir às iniciativas que apresentam propostas prontas ou que simulam a participação e a construção coletiva. Desse modo, as propostas dessas instituições têm produzido eco tanto no contexto do aparelho de Estado, por estarem alinhadas às perspectivas neoliberais, quanto nas escolas, por representarem, a princípio, soluções rápidas aos desafios que se apresentam no cotidiano da gestão e das práticas pedagógicas.

O avanço da iniciativa privada, respaldado pelo Estado e também pelas redes e sistemas de ensino pode ser ilustrado, a título de exemplo, pela atual abrangência das iniciativas do Instituto Ayrton Senna nas redes e escolas públicas brasileiras como mostram os números das tabelas a seguir.

Tabela 3. Presença do Instituto Ayrton Senna, em 2012, nas redes e escolas públicas - Brasil

	Gestão Nota 10	Circuito Campeão	Se Liga	Acelera Brasil	Fórmula da Vitória	Total
Municípios	546	217	488	470	6	854
Escolas	3039	2583	1823	1612	185	6971
Alunos	1132389	448235	38254	32300	5050	1656228

Fonte: <http://www.redevencer.org.br/MapaAbrangencia/MapaAbrangencia.do>

Tabela 4. Presença do instituto Ayrton Senna, em 2012, nas redes e escolas públicas – Santa Catarina.

	Gestão Nota 10	Circuito Campeão	Se Liga	Acelera Brasil	Fórmula da Vitória	Total
Municípios	8	1	4	4	0	10
Escolas	66	4	11	10	0	77
Alunos	24097	1123	216	159	0	25595

Fonte: <http://www.redevencer.org.br/MapaAbrangencia/MapaAbrangencia.do>

O Instituto Ayrton Senna tem desempenhado importante papel na ampliação dos espaços de atuação das instituições privadas no âmbito das escolas, redes e sistemas de ensino públicos no Brasil. Sua atuação, conforme os projetos centrais disponibilizados no site e indicados nas tabelas 3 e 4, englobam ações destinadas a todas as etapas da educação básica com implicações na condução da prática pedagógica e na gestão das escolas nas quais atua. Sua ação, porém, pautada nos princípios da eficácia e eficiência do ensino, vem ocupando espaços de maior abrangência e implicações, nos quais estão tensionadas decisões sobre as políticas curriculares para a educação básica e as políticas de transferência da gestão de escolas públicas para o setor privado ou de gestão privada de políticas educativas. Assim, enquanto sua ação por meio dos projetos é pontual, embora já alcance um grande contingente de escolas e redes de ensino, a ação político-ideológica que desempenha, por dentro do aparelho de Estado, a partir da lógica de privatização dos espaços públicos de educação, vem ganhando força e ampliando as possibilidades de inserção de tais projetos e ações.

Igualmente ilustrativa é a rede de parceiros do Instituto Natura, que estende sua ação em projetos que propõem inovações em tecnologias educacionais, alfabetização, apoio a gestão educacional nas redes estaduais e municipais, além de outros apoios institucionais. Observa-se, pelo desenho de sua rede, na figura 1 mostrada a seguir, que os órgãos públicos que fazem a gestão dos sistemas educacionais encontram-se fortemente presentes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS QUE PODEM AUXILIAR NA LEITURA DESTE DIFUSO MOVIMENTO NAS FRONTEIRAS ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NO TERRITÓRIO CURRICULAR

O exercício de mapeamento sobre a ocupação da iniciativa privada em ações no território da gestão curricular das escolas e redes públicas não deixa dúvidas que o movimento se fortalece em pelo menos dois significativos aspectos: na visível ampliação do número de organizações que passam a investir nesta nova opção de mercado e na ampliação da diversificação da oferta de projetos e ações às redes. Uma rápida verificação nos sites das organizações que oferecem este rol de serviços permite constatar que significativo percentual delas deu início a estas atividades nos últimos 10 anos e que novos projetos/ações são freqüentemente adicionados em seus portfólios.

Igualmente interessante é a constatação que o foco de ação destas organizações tem sido, de fato, o território da gestão curricular das escolas por via dos acordos e contratos com as redes públicas de ensino, as quais se mostram cada vez mais permeáveis a esta ocupação negociada. Avaliamos que a opção do mercado por ocupar este território deve-se ao fato de o currículo escolar representar o que há de mais objetivo e concreto no aspecto da escolarização na formação humana desde a educação escolar mais geral na Educação Básica até a profissional, ação esta que interessa tanto ao modelo capitalista em geral quanto ao mercado em particular. Além disso, sabe-se que é neste campo onde se concentra o mais significativo público de professores e estudantes seja para a comercialização de produtos e serviços, seja para a introdução em larga escala de mecanismos simbólicos relacionados com as estratégias de inovação dos chamados empresários da educação.

Vale lembrar que o território do currículo nas escolas públicas brasileiras desperta o interesse da iniciativa privada desde a segunda metade do século XX. Já nos anos 1960, por via dos acordos MEC-USAID, estruturam-se as relações entre o governo e as editoras para a compra de milhares de livros didáticos (Gomes, 2012). Nos anos 1970, à luz da Lei 5692/71, a iniciativa privada ocupou espaços de destaque na Educação Básica especialmente pela via da profissionalização compulsória no Ensino Médio havendo significativa ampliação da oferta de materiais e serviços. Todavia, com o advento da abertura política a partir dos anos 1980 e o conseqüente fortalecimento dos movimentos sociais ligados à educação, a resistência à privatização se acentuou reduzindo-se, por diferentes formas, o acesso dos serviços privados na escola pública. Contudo, nos últimos 10 anos, movimentos em prol do alinhamento aos modelos internacionais de *accountability*, de educação performativa e de avaliação de larga escala, têm proporcionado ambientes estimuladores para o retorno, com força, da ação privada na escola pública.

Além da produção e venda do livro didático, empresas privadas que desde os anos 1990 ofereciam preparação para vestibular (ADRÃO, 2012) agora ampliam seus portfólios para assessorias em gestão e avaliação de processos de ensino e aprendizagem, oferta de sistemas e materiais didáticos, projetos de formação de professores, projetos de inovação curricular e outros serviços. Tudo isto é efetivado sem qualquer restrição pelos órgãos de controle dos sistemas públicos de ensino, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, o que torna esta fronteira pouco ou nada definida seja em termos jurídicos ou materiais.

Neste cenário, a ação curricular em muitas escolas públicas brasileiras se desenvolve sob uma difusa gestão que deliberadamente justapõe um duplo interesse – o público e o privado. Efetiva-se, pois, um interstício de fronteira que vai revelando, inclusive, a ausência ou a perda de sentido do que seja público ou privado por parte daqueles que operam nos ambientes dos órgãos centrais da educação, dos gestores escolares e dos professores.

Os apelos apresentados por empresas e organizações não estatais, geralmente associados à inovação, melhoria de qualidade, resultados imediatos e valorização do trabalho

dos professores, acrescido dos incentivos dos gestores institucionais, torna esta simbólica fronteira ainda mais tênue, dado que a contradição e a diferença de interesses parecem desaparecer.

Outro aspecto importante e que, a nosso ver, reforça a idéia da existência de uma zona difusa na relação entre público e privado no território do currículo tem a ver com a produção dos discursos tanto na política oficial quanto nas propostas dos atores da iniciativa privada. Neles, além de não haver marcação sobre o que seja de interesse público e/ou privado, não há evidências de tensionamentos ou disputas na fixação de sentidos, pelo contrário, é nítida a aproximação em suas tonalidades, conceitos e proposições (THIESEN, 2015). Esta espécie de alinhamento discursivo que aproxima estado e mercado, estimula ainda mais gestores e professores a fundir este duplo interesse num mesmo processo.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO Theresa e PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009.
- ADRIÃO, Theresa, DAMASO, Alexandra e GALZERANO, Luciana Sardenha. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. Revista e-Curriculum, São Paulo, n.11 v.02 ago.2013.
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.
- ARENDT, H. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. Revista brasileira de história da educação nº 5 jan./jun. 2003.
- CICONELLO, Alexandre. O Conceito Legal de Público no chamado "Terceiro Setor". Disponível em: http://www.abong.org.br/novosite/download/conceito_legal.pdf. Acesso em 02/12/2015.
- CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007.
- DOURADO, Luiz Fernandes e BUENO, Maria Sylvania Simões. O publico e o privado na educação. In: Políticas e gestão da educação (1991-1997). Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.
- FEITOSA, Eveline Ferreira. As parcerias público-privadas no programa de educação para todos: uma análise marxista. Ceará: UFC, Tese de doutoramento, 2012.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Campinas: Educação e Sociedade, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.
- GOMES, João Carlos Amilibia. As apostilas nos sistemas de ensino sob uma lógica empresarial. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Tese de Doutorado, 2012.
- LUZ, Liliane Xavier. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na argentina. Campinas: Educação e Sociedade, v. 32, n. 115, p. 437-452, abr.-jun. 2011.

MOROSINI, Marília Costa e FERNANDES, Cleoni M. Barbosa. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

PEDROSO, J.M. A consolidação do público não estatal nas políticas educacionais: um estudo a partir da transferência de fundos privados para as ONGs. Revista do HISTDBR on line, p. 175-199, 2008.

PERONI Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

RAMALHO, Priscila. Uma seleção de organizações não-governamentais que apóiam a educação no Brasil. Editora Abril: Revista Educar para crescer, s/d. Disponível em: http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/materias_295435.shtml. Acesso em: 28/12/2015.

SOUZA, Leandro Martins de. Parcerias entre a administração pública e o terceiro setor: sistematização e regulamentação. São Paulo: USP, 2010. (Tese de Doutorado).

THIESEN, Juares da Silva. Virada epistemológica do campo curricular: reflexos nas políticas de currículo e em proposições de interesse privado. Florianópolis: 37ª Reunião da ANPED, GT 12, 2015.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. Revista brasileira de história da educação n° 5 jan./jun. 2003.